



Unidade de Educação Infantil do Erê é muito mais do que uma creche. Mantida pela prefeitura de Belém em um dos mais pobres bairros da capital para-

ense, ali 130 crianças de 0 a 5 anos passam o dia brincando, aprendendo coisas novas e recebendo acompanhamento de saúde e nutrição. O lugar é simples, mas bem iluminado, seguro, muito limpo e colorido com bonecos de papel e desenhos das crianças colados nas paredes. O espaço lúdico e pedagógico, todas as semanas, recebe a visita dos pais das crianças. Eles debatem as formas de atendimento a seus filhos e filhas ou podem ir até a Unidade simplesmente para brincar ou participar de manhãs recreativas, com muita música e dança.

As mães, mulheres de origem humilde, que normalmente trabalham e, muitas vezes, criam seus filhos sem apoio dos pais das crianças, reconhecem os avanços feitos por suas meninas e meninos na Erê. Shirley da Silva, mãe de Shirley Carolina, 5 anos, e Ernando, de 3, sempre ouviu suas amigas falarem mal das creches, mas o conceito pejorativo de "depósito de crianças" desapareceu quando ela conheceu e passou a participar do processo de educação da Erê. Segundo ela, as crianças começaram a demonstrar um comportamento mais "maduro" depois que passaram a freqüentar a Unidade.

Com freqüência, Shirley espanta-se com atividades prosaicas, como a rapidez com que passaram a trocar de roupa sozinhos, escovar os dentes e pedir fio dental, comer com os dois talheres ou com a constatação de que estão apenas mais decididos. "Meus outros filhos, que são mais velhos e não freqüentaram a Erê, não são tão responsáveis como os que estão indo agora", constata a mãe. A experiência da Erê inspirou outros 34 projetos de atendimento de crianças de 0 a 5 anos no município de Belém.

Todo o processo pedagógico da Unidade é discutido com as famílias e a comunidade. A própria remodelagem das antigas creches, bem como a criação de novas unidades, partiu da comunidade do bairro em reuniões de orçamento municipal participativo. No caso da Erê, para saber do que a comunidade precisava, a prefeitura colocou agentes comunitários para visitar todas as famílias do bairro.

Segundo a coordenadora da Erê, Rosana Manito, os agentes detectaram que a unidade seria fundamental, porque muitas mães trabalhavam ou gostariam de trabalhar fora de casa, e deveria funcionar em tempo integral. No princípio, a fama de violência no bairro dificultou o recrutamento de educadores e funcionários. "Ninguém queria vir trabalhar aqui por preconceito sobre a violência do lugar", lembra Rosana. "Hoje, garante, a creche é respeitada em todo o município", diz.

Além das atividades pedagógicas e do acompanhamento da saúde das crianças dentro da creche, a prefeitura mantém ainda no bairro um programa de saúde familiar chamado "Família Saudável". Agentes comunitários de saúde visitam as famílias promovendo vacinação, nutrição e higiene. No Barreiro, são atendidas 1.200 famílias com 10 agentes comunitários, médico e enfermeira.



As famílias com crianças de até dois anos recebem atenção especial. Nesse período, as crianças recebem acompanhamento preventivo, com orientações para a redução da mortalidade infantil por diarreia ou infecções respiratórias aguda, na maioria dos casos, conseqüências de estados nutricionais precários. As taxas de mortalidade foram reduzidas drasticamente. As crianças também são pesadas regularmente, as gestantes são acompanhadas e a equipe agenda consultas simples ou atendimento médico especializado aos outros membros da família.

de projeto integral crianças

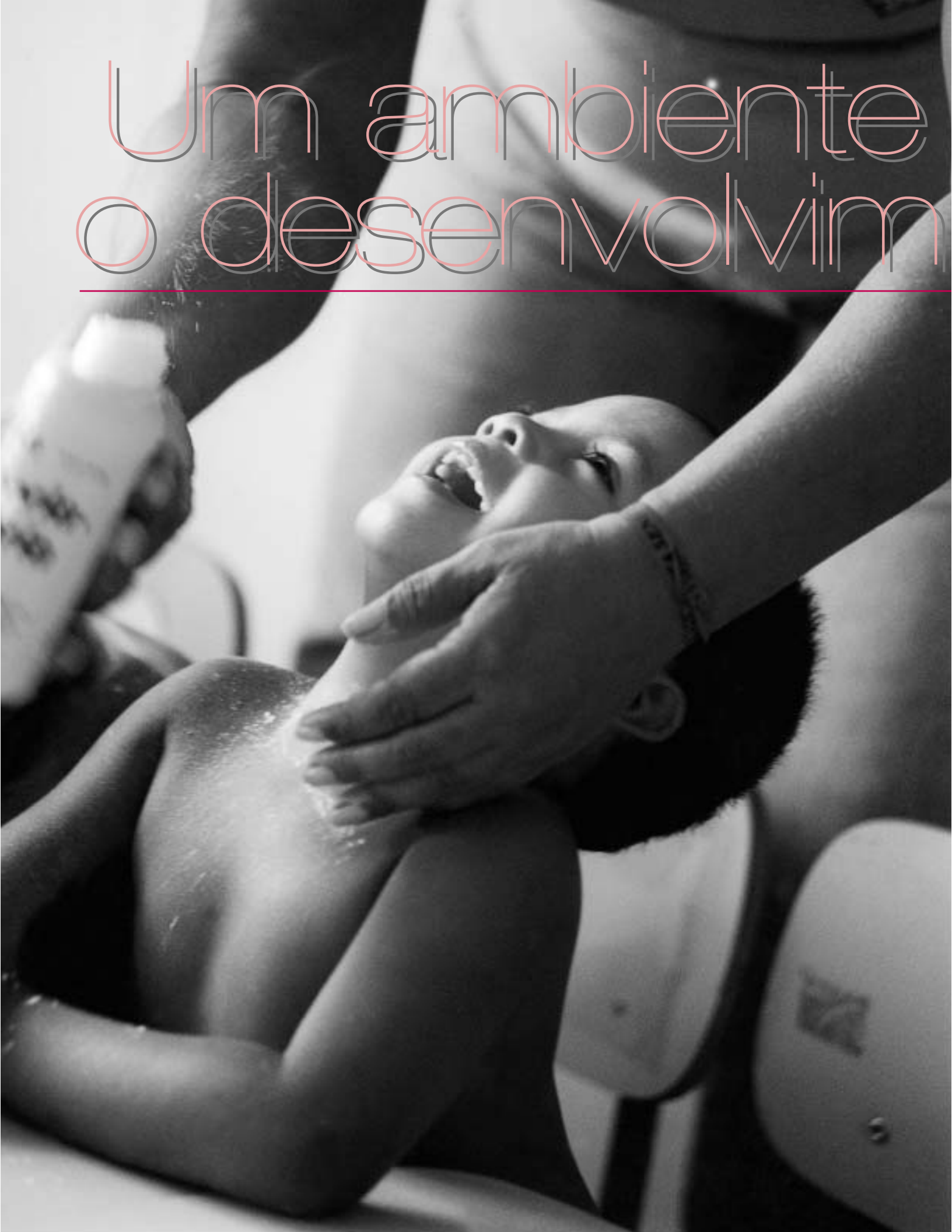


Mães participam da construção do projeto de desenvolvimento infantil e as crianças recebem atenção integral: educação, lazer e acompanhamento de saúde em casa e na creche

Quando as crianças são matriculadas nas unidades de educação infantil, a equipe de saúde vai à casa da criança uma vez por mês para fazer a pesagem habitual. As famílias de crianças com baixo peso recebem informação e alimentos alternativos. Em parceria com a Pastoral da Saúde, a equipe de saúde da família orienta para o uso da multimistura (farelo de trigo ou arroz, folha de macaxeira, casca de ovo e sementes), e outras ervas e frutas da região, como complemento nutricional. Por enquanto, segundo os agentes apenas 20% das mães de crianças da Erê têm acesso ao complemento. O objetivo é estender os alimentos alternativos para todas as mães nos casos de desnutrição. O atendimento de saúde da família é complementado ainda pela prevenção e tratamento de saúde bucal.

Segundo Cleuza Saraiva, agente comunitária e mãe de Isabeli, 4 anos, no começo do trabalho junto à comunidade era comum encontrar, por exemplo, crianças com seis vacinas atrasadas ou bebês que nunca tinham tomado nem as primeiras doses. "A gente é vigilante e busca sempre identificar o problema com antecedência", comenta.

Um ambiente o desenvolvim



favorável para ambiente infantil

São muitas as tarefas necessárias para garantir um bom começo de vida para as crianças brasileiras, mas já estão acessíveis os instrumentos para resolver problemas e encontrar soluções criativas para os desafios do País nos próximos anos.

Não há receitas prontas para garantir à criança boas condições de saúde, educação, convívio familiar e comunitário, além de assistência com a participação da família, da sociedade e dos governos municipais, estaduais e federal. Como mostra o relatório mundial do UNICEF, Situação Mundial da Infância 2001, e como é apresentado neste relatório, principalmente em seus destaques, são diversas as possibilidades na promoção do desenvolvimento da criança em seus primeiros anos de vida – principalmente no período de 0 a 3 anos.

A partir da experiência com projetos do Desenvolvimento Infantil, parece haver alguns requisitos mínimos para que sejam assegurados os direitos das crianças em seus primeiros anos de vida.

O primeiro desses requisitos é reconhecer, desde a gestação, a criança como uma pessoa capaz de participar de sua vida e de seu desenvolvimento. Desde os primeiros dias de vida, a criança interage com as pessoas, por meio de seus gestos, seu olhar, seu choro e seu sorriso.

Cabe ao Estado, à sociedade, à comunidade e à família enxergar a criança dentro de seu ambiente e torná-la prioridade nas ações de saúde, educação e assistência social.

As políticas públicas devem voltar-se para a universalização do acesso aos serviços de desenvolvimento infantil, desde o exame pré-natal até a pré-escola, passando por vacinas, aleitamento materno, programas de estimulação para as crianças e de preparação de mães e pais para ajudarem seus filhos a se desenvolver em um ambiente saudável e de afeto. Além disso, programas setoriais (saúde, educação básica e água potável) podem encontrar formas mais eficientes de alcançar crianças, adolescentes e famílias, principalmente nos grupos mais excluídos socialmente.

Trabalhar em redes, nos níveis nacional, estadual e municipal, pode ser uma opção mais intersetorial e econômica. Essas redes podem ajudar na formulação, na execução e no aprimoramento de políticas públicas que levem em conta a importância da família

para a criança e o apoio que os pais e outros familiares precisam receber da comunidade e dos governos para que possam ajudar a criança a crescer e a se desenvolver em seus primeiros anos de vida.

É possível também criar programas integrais de desenvolvimento infantil de qualidade, ou seja, que promovam o crescimento da criança em todos os sentidos. Esses programas de qualidade precisam estar ao alcance de todas as famílias, e não apenas das famílias que podem pagar por eles.

Se família, Estado e sociedade compreenderem que cada criança é especial e única, que é protagonista e participa, será possível entender que todas as crianças precisam do carinho de todos – da família, da comunidade, das pessoas que cuidam delas –, e também de equipes de saúde bem pre-



paradas, de educadores atenciosos e bem formados, de instalações seguras, alegres, estimulantes.

Por isso, é fundamental garantir a formação adequada de todos os agentes de desenvolvimento infantil – profissionais de saúde, de educação, de serviço social.

Realizar as políticas de desenvolvimento infantil não é exatamente o mais caro dos investimentos públicos possíveis. Os projetos destacados no Brasil e em outros países mostram que é viável realizar boas políticas por meio de projetos simples e comunitários. Famílias e comunidades devem ser deixadas a cargo das ações de desenvolvimento infantil, mas isso, de nenhuma maneira, pode significar que sejam deixadas sozinhas. Famílias e comunidades necessitam de apoio, principalmente na forma de políticas públicas voltadas para os cuidados da criança na primeira infância.

Por outro lado, políticas públicas precisam de recursos financeiros, e é preciso assegurar esses recursos para programas de desenvolvimento infantil no orçamento da União, dos estados e dos municípios, e exigir que os orçamentos sejam executados com eficiência.

Entretanto, embora se reconheça a importância dos primeiros seis anos de vida de uma criança, e apesar da importância dos investimentos realizados pelos governos, pelo setor privado e pela sociedade civil para garantir um bom começo de vida para todas as crianças, a destinação de recursos para ações nessa área de nenhuma forma devem implicar a redução de gastos públicos em outros programas de atendimento a crianças. Não é possível pensar em deixar de investir em educação fundamental para destinar recursos à educação infantil.

As famílias e as comunidades precisam ter acesso a informações sobre desenvolvimento infantil. Os meios de comunicação – rádio, televisão, jornais e revistas – podem ajudar nessa tarefa. O simples fato de lembrar aos pais, aos familiares e aos formuladores de políticas públicas a importância dos primeiros anos de vida da criança já é um bom começo. Além disso, os meios de comunicação podem ajudar na disseminação de informações sobre projetos bem-sucedidos na área, que possam inspirar novas iniciativas.

Respaldados por orçamentos públicos que reflitam a prioridade da criança, contando com forte envolvimento da sociedade civil e estruturas descentralizadas que tenham responsabilidade, autoridade e capacidade para gerenciar serviços e responder às necessidades básicas da criança, programas de desenvolvimento infantil podem ser meios estratégicos para garantir os direitos à vida, a um nome, à saúde, à família, à educação, ao lazer e ao esporte de cada uma das crianças brasileiras.

QUADRO 3 Vila Sésamo, a televisão como instrumento educativo

O Children's Television Workshop e o Vila Sésamo têm suas origens nos Estados Unidos, no final da década de 60, em resposta à evidência de que as crianças mais pobres tinham pouco ou nenhum acesso a uma variedade de atividades educacionais de pré-escola e, por conseqüência, tinham mau aproveitamento quando entravam no ensino fundamental.

O Children's Television Workshop (CTW), subsidiado pelas Fundações Canegie e Ford, criou o programa Vila Sésamo para proporcionar às crianças menores de seis anos aprendizados básicos e habilidades sociais necessárias ao seu desenvolvimento intelectual e social. Foi a primeira experiência de realização de um programa educacional de entretenimento direcionado a crianças em idade pré-escolar, utilizando o grande potencial da televisão.

A produção da série combina pesquisa e avaliação de resultados, feitas por especialistas altamente qualificados em educação e desenvolvimento infantil e em testes educacionais. Esse trabalho faz parte da criação do programa e do processo de produção.

A série começa a ser produzida a partir da preparação de um currículo educativo destinado a crianças de 3 a 6 anos de idade. Em princípio, esse currículo poderia ser levado ao ambiente pré-escolar, onde, em muitos casos, encontraria limitações como instalações precárias, educadores sem preparação adequada, métodos pedagógicos deficientes. Porém, aliado às potencialidades da televisão, a produção permite o desenvolvimento de uma ferramenta educativa poderosa. Os diferentes formatos da televisão (desenho animado, documentário, entradas ao vivo) permitem atrair o interesse e a atenção da criança, e desperta sua disposição para assimilar os conteúdos da série.

A evolução e a expansão de Vila Sésamo nos últimos 30 anos incluem a produção de versões nacionais e regionais do programa em mais de 15 idiomas diferentes. Preocupada em manter intacto o modelo multidisciplinar da produção, a equipe do CTW iniciou um cuidadoso processo para fazer adaptações locais nos programas. As séries exibidas no Brasil e no México, em 1972, foram as primeiras versões adaptadas. Na América Latina, o UNICEF participou da produção de 130 programas da série em espanhol (Plaza Sésamo), junto com o CTW e a Televisa, no México. Os programas começaram a ir ao ar em 1995, e atualmente alcançam 18 países latino-americanos.



Tabelas estatísticas

*Indicadores e estatísticas sobre o Brasil
e as Unidades da Federação*

NOTA GERAL SOBRE OS DADOS	PÁGINA 47
TABELAS	
TABELA 1 – DEMOGRAFIA	PÁGINA 48
TABELA 2 – RENDA E SANEAMENTO BÁSICO	PÁGINA 50
TABELA 3 – SAÚDE	PÁGINA 52
TABELA 4 – EDUCAÇÃO	PÁGINA 54
TABELA 5 – TRABALHO INFANTIL	PÁGINA 56
O ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL (IDI)	PÁGINA 58
TABELA 6 – UFs ORDENADAS SEGUNDO O IDI	PÁGINA 68
TABELA 7 – UFs ORDENADAS SEGUNDO O IDI DE SEUS MUNICÍPIOS	PÁGINA 69
TABELA 8 – MUNICÍPIOS ORDENADOS SEGUNDO O IDI POR UFs	PÁGINA 70
MAPAS	PÁGINA 145

Nota geral sobre os dados

A partir da presente edição do relatório *Situação da Infância Brasileira (SIB)*, o UNICEF Brasil publicará todos os anos indicadores atualizados sobre a situação das crianças e dos adolescentes.

A década de 90 representou para o Brasil um período de eventos significativos em relação à política para a infância e a adolescência. Após a promulgação da Constituição de 1988, desencadeou-se intensa mobilização do governo e da sociedade civil para tornar possível a aprovação, em 1990, do Estatuto da Criança e do Adolescente, que incorpora os princípios da doutrina da proteção integral da Convenção sobre os Direitos da Criança, aprovada pelas Nações Unidas em 1989.

A compilação dos indicadores aqui apresentada é fruto de mais de uma década de cooperação entre o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o UNICEF, é oferecida à sociedade brasileira com o intuito de contribuir para o debate, a análise e a proposta de estratégias que permitam acelerar o ritmo dos avanços obtidos e reverter as situações de violação de direitos que afetam crianças e adolescentes brasileiros.

As fontes principais para a compilação destes indicadores são a Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios (PNAD) para 1999, do IBGE, e os sistemas regulares de informação dos Ministérios da Educação e da Saúde, que também trazem informações do mesmo ano. Os indicadores apresentam-se ordenados para o Brasil, para cada uma das cinco Regiões e para todas as Unidades da Federação.

É importante observar que a amostragem da PNAD 1999 não cobre as áreas rurais dos estados da Região Norte, portanto os respectivos indicadores referem-se às áreas urbanas desses estados.

As fontes e definições dos indicadores respectivos estão assinaladas na parte inferior das tabelas.

Tabela 1: Demografia

BRASIL, REGIÕES E UFS	População Total 1999	População Urbana 1999		População de 0 a 17 anos de idade 1999	População de 0 a 17 anos de idade, por sexo 1999	
		nº	%		Homens	Mulheres
Brasil (1)	160.336.471	127.751.405	79,7	57.624.291	29.273.529	28.350.762
Norte (2)	7.828.407	7.828.407	100,0	3.331.296	1.688.227	1.643.069
Acre	355.597	355.597	100,0	151.979	73.864	78.115
Amapá	398.747	398.747	100,0	185.226	96.815	88.411
Amazonas	1.952.288	1.952.288	100,0	827.183	416.796	410.387
Pará	3.198.177	3.198.177	100,0	1.384.931	704.590	680.341
Rondônia	836.023	836.023	100,0	329.604	166.921	162.683
Roraima	197.919	197.919	100,0	85.046	45.153	39.893
Tocantins	1.141.233	731.169	64,1	495.929	255.006	240.923
Nordeste	46.400.796	29.495.667	63,6	18.837.527	9.535.976	9.301.551
Alagoas	2.719.073	1.775.480	65,3	1.103.318	548.568	554.750
Bahia	13.026.171	8.025.229	61,6	5.204.770	2.653.521	2.551.249
Ceará	7.128.413	4.777.807	67,0	2.937.859	1.499.417	1.438.442
Maranhão	5.432.737	2.366.673	43,6	2.477.067	1.242.235	1.234.832
Paraíba	3.380.752	2.234.173	66,1	1.285.175	645.611	639.564
Pernambuco	7.594.177	5.792.354	76,3	2.967.194	1.499.903	1.467.291
Piauí	2.738.634	1.574.204	57,5	1.145.019	569.191	575.828
Rio Grande do Norte	2.661.540	1.743.823	65,5	1.033.495	528.066	505.429
Sergipe	1.719.299	1.205.924	70,1	683.630	349.464	334.166
Sudeste	70.067.880	62.151.373	88,7	22.775.445	11.584.711	11.190.734
Espírito Santo	2.948.009	2.225.654	75,5	1.051.506	545.679	505.827
Minas Gerais	17.341.721	13.360.526	77,0	6.097.005	3.128.969	2.968.036
Rio de Janeiro	13.836.818	13.133.756	94,9	4.067.402	2.053.249	2.014.153
São Paulo	35.941.332	33.431.437	93,0	11.559.532	5.856.814	5.702.718
Sul	24.514.219	19.210.693	78,4	8.458.213	4.297.027	4.161.186
Paraná	9.402.912	7.497.659	79,7	3.338.293	1.686.199	1.652.094
Rio Grande do Sul	9.996.461	7.961.559	79,6	3.295.340	1.665.669	1.629.671
Santa Catarina	5.114.846	3.751.475	73,3	1.824.580	945.159	879.421
Centro-Oeste	11.273.592	9.223.752	81,8	4.093.208	2.096.670	1.996.538
Distrito Federal	1.980.740	1.801.628	91,0	701.620	357.143	344.477
Goiás	4.873.181	3.956.330	81,2	1.740.349	899.637	840.712
Mato Grosso	2.385.812	1.767.233	74,1	900.634	464.100	436.534
Mato Grosso do Sul	2.033.859	1.698.561	83,5	750.605	375.790	374.815

Fontes

IBGE

PNAD – 1999

DPE/Departamento de População e Indicadores Sociais.

Notas (1) Exclui a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.
(2) Exclui a população rural.

População de mulheres em idade fértil (15 a 49 anos de idade) 1999	Taxa de fecundidade das mulheres de 15 a 49 anos de idade 1999	Taxas médias geométricas de crescimento demográfico anual 1999-2000	Adolescentes do sexo feminino de 15 a 17 anos de idade, total que tiveram filhos 1999			Expectativa de vida ao nascer 1999		
			total	nº	%	Total	Homem	Mulher
44.198.444	2,3	1,42	4.903.621	211.702	4,3	68,4	64,6	72,3
2.156.101	3,1	2,52	278.646	16.571	5,9	68,2	65,3	71,4
102.952	3,4	2,85	12.090	1.305	10,8	68,0	65,1	71,0
105.887	3,2	4,67	14.328	350	2,4	68,7	65,7	71,9
542.405	3,4	2,65	71.795	3.589	5,0	68,5	65,7	71,5
871.518	3,1	2,31	117.952	8.487	7,2	68,4	65,4	71,6
237.502	2,8	2,02	23.998	1.411	5,9	68,0	65,0	71,0
57.829	3,3	2,54	6.802	309	4,5	67,2	64,2	70,4
289.088	3,0	2,87	38.176	1.476	3,9	68,1	65,3	71,0
12.136.148	2,6	1,24	1.599.228	69.308	4,3	65,5	62,4	68,5
717.868	3,0	1,53	89.735	7.334	8,2	62,8	60,0	65,8
3.394.459	2,4	1,03	458.679	16.957	3,7	67,4	64,4	70,5
1.832.719	3,0	1,72	234.781	8.585	3,7	66,1	62,8	69,4
1.333.655	2,9	1,20	204.289	13.179	6,5	64,5	61,0	68,2
881.477	2,5	1,13	107.854	2.016	1,9	64,1	61,3	67,0
2.049.742	2,3	0,94	244.859	9.619	3,9	63,4	60,7	66,1
729.115	2,5	1,08	108.319	5.619	5,2	65,3	62,1	68,8
721.691	2,5	1,47	94.591	3.449	3,6	66,1	63,0	69,4
475.422	2,8	1,83	56.121	2.550	4,5	66,9	64,0	69,9
19.833.416	2,1	1,33	1.975.798	70.771	3,6	69,4	64,9	74,1
808.191	2,1	1,78	82.783	3.535	4,3	70,0	66,2	73,9
4.698.003	2,2	1,24	505.117	14.012	2,8	70,1	66,6	73,8
3.941.256	1,9	0,74	352.645	11.104	3,1	67,5	61,9	73,3
10.385.966	2,1	1,56	1.035.253	42.120	4,1	69,9	65,3	74,6
6.774.686	2,2	1,18	700.902	37.845	5,4	70,8	67,1	74,8
2.606.348	2,2	1,20	268.347	14.031	5,2	70,0	66,7	73,5
2.760.808	2,1	1,00	280.757	16.836	6,0	71,4	67,3	75,7
1.407.530	2,2	1,49	151.798	6.978	4,6	71,1	67,3	75,1
3.247.013	2,2	2,09	342.552	16.851	4,9	69,2	66,0	72,7
631.368	2,0	2,49	64.670	3.312	5,1	68,8	64,8	73,0
1.380.555	2,0	2,09	145.962	7.943	5,4	69,3	66,1	72,7
670.305	2,5	2,13	72.133	2.380	3,3	68,9	65,8	72,0
564.785	2,3	1,67	59.787	3.216	5,4	70,1	67,0	73,3

Definições de Indicadores

Esperança de vida ao nascer: Estima o número de anos que viveria um recém-nascido se as condições de vida (padrões de mortalidade) disponíveis no momento de seu nascimento permanecessem iguais durante toda a sua vida.

Taxa média geométrica de crescimento demográfico: É o percentual que expressa a velocidade do crescimento médio populacional entre dois momentos no tempo. Sua variação é explicada por três componentes básicos: número de nascimentos (fecundidade), número de óbitos (mortalidade) e saldos migratórios.

População urbana: É composta das pessoas que residem nas áreas que correspondem às cidades (sedes municipais), às vilas (sedes distritais) ou nas áreas urbanas isoladas. A população rural abrange as pessoas que residem fora desses limites.

Taxa de fecundidade: Representa o número médio de filhos nascidos vivos para cada mulher em idade fértil.

Mulheres em idade fértil (MIF): Mulheres que têm entre 15 e 49 anos, faixa etária em que estão genericamente aptas a reproduzir.

Tabela 2: Renda e Saneamento Básico

BRASIL, REGIÕES E UFS	Crianças de 0 a 6 anos de idade que vivem em famílias com rendimento mensal familiar per capita de até 1/2 SM 1999		Crianças e adolescentes de 7 a 14 anos de idade que vivem em famílias com rendimento mensal familiar per capita de até 1/2 SM 1999		Adolescentes de 15 a 17 anos de idade que vivem em famílias com rendimento mensal familiar per capita de até 1/2 SM 1999		Domicílios com crianças e adolescentes de 0 a 17 anos de idade 1999
	nº	%	nº	%	nº	%	
Brasil (1)	8.189.057	39,0	9.755.066	37,2	2.096.858	20,2	27.736.253
Norte (2)	519.511	41,3	601.722	40,7	128.043	21,6	1.378.036
Acre	26.474	43,5	28.429	42,4	7.518	31,1	62.095
Amapá	24.119	33,8	31.463	39,3	5.939	17,5	70.589
Amazonas	135.605	43,5	150.357	41,4	37.489	24,6	337.018
Pará	246.366	47,0	274.889	44,7	55.772	22,7	547.758
Rondônia	29.995	23,9	31.407	21,4	7.060	12,3	159.872
Roraima	8.968	25,0	6.492	17,6	1.545	12,5	35.563
Tocantins	86.111	48,2	130.193	55,5	21.650	26,2	208.349
Nordeste	4.182.550	61,5	5.248.643	60,3	1.210.267	36,3	8.026.959
Alagoas	284.997	65,9	308.133	62,0	66.592	38,3	476.320
Bahia	1.079.984	60,0	1.447.161	59,6	354.826	36,4	2.218.809
Ceará	687.702	62,6	846.622	62,9	190.303	38,7	1.244.351
Maranhão	608.756	71,1	803.994	67,9	193.588	44,3	954.751
Paraíba	272.659	58,7	347.753	58,6	79.632	35,0	583.112
Pernambuco	610.234	55,4	717.301	53,1	155.980	30,2	1.315.757
Piauí	271.822	69,7	372.481	67,4	86.860	42,9	474.150
Rio Grande do Norte	219.713	55,8	255.660	55,8	51.236	28,2	457.115
Sergipe	146.683	56,0	149.538	50,3	31.250	25,1	302.594
Sudeste	2.027.068	25,0	2.338.209	22,5	453.995	10,7	11.747.948
Espírito Santo	134.785	35,3	158.510	32,8	28.267	15,2	530.014
Minas Gerais	889.834	40,6	1.044.737	37,3	206.491	18,7	2.903.533
Rio de Janeiro	340.333	22,7	365.867	20,0	71.811	9,7	2.279.761
São Paulo	662.116	16,4	769.095	14,6	147.426	6,6	6.034.640
Sul	925.361	28,8	977.049	25,9	186.470	12,6	4.480.717
Paraná	409.507	31,6	425.548	29,2	81.703	14,0	1.717.852
Rio Grande do Sul	368.113	29,3	374.680	25,4	66.962	11,9	1.801.401
Santa Catarina	147.741	22,6	176.821	21,2	37.805	11,2	961.464
Centro-Oeste	496.440	31,7	537.935	29,6	109.153	15,4	2.059.385
Distrito Federal	68.619	24,4	64.866	22,2	13.676	10,6	354.441
Goiás	233.021	35,3	248.573	31,8	47.000	15,7	886.732
Mato Grosso	99.012	28,9	118.734	29,8	27.901	17,6	438.571
Mato Grosso do Sul	95.788	34,0	105.762	30,6	20.576	16,7	379.641

Fontes

IBGE

PNAD – 1999

Notas

- (1) Exclui-se a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.
- (2) Exclui-se a população rural.
- (3) Abastecimento inadequado de água significa falta de canalização interna de água, proveniente de rede geral.
- (4) Esgotamento inadequado significa falta de esgotamento ligado à rede geral e sem fossa séptica ligada à rede pluvial.

Domicílios com crianças e adolescentes de 0 a 17 anos de idade com abastecimento inadequado de água (3) 1999		Domicílios com crianças e adolescentes de 0 a 17 anos de idade com esgotamento sanitário inadequado (4) 1999		Domicílios com crianças e adolescentes de 0 a 17 anos de idade sem coleta de lixo 1999		Domicílios com crianças e adolescentes de 0 a 17 anos de idade com televisão 1999		Domicílios com crianças e adolescentes de 0 a 17 anos de idade com rádio 1999		Domicílios com crianças e adolescentes de 0 a 17 anos de idade com telefone 1999	
nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
4.441.195	16,0	14.212.678	51,2	6.058.706	21,8	24.505.352	88,4	24.948.920,00	90,0	9.402.526	33,9
356.960	25,9	1.195.317	86,7	269.732	19,6	1.233.907	89,5	1.086.638,00	78,9	438.354	31,8
22.874	36,8	42.159	67,9	16.337	26,3	57.522	92,6	50.004,00	80,5	31.377	50,5
18.521	26,2	69.891	99,0	8.388	11,9	64.647	91,6	57.659,00	81,7	33.549	47,5
55.441	16,5	248.074	73,6	57.437	17,0	317.474	94,2	281.980,00	83,7	106.896	31,7
201.997	36,9	493.749	90,1	134.180	24,5	475.633	86,8	415.884,00	75,9	126.714	23,1
22.587	14,1	144.697	90,5	19.059	11,9	148.227	92,7	134.814,00	84,3	77.998	48,8
1.545	4,3	32.778	92,2	927	2,6	34.015	95,6	29.997,00	84,3	18.247	51,3
74.725	35,9	206.800	99,3	76.841	36,9	139.919	67,2	139.527,00	67,0	37.594	18,0
3.116.262	38,8	6.348.045	79,1	3.358.346	41,8	6.195.256	77,2	6.743.624,00	84,0	1.537.052	19,1
142.792	30,0	418.183	87,8	125.292	26,3	389.969	81,9	395.049,00	82,9	89.730	18,8
837.595	37,7	1.606.388	72,4	934.617	42,1	1.631.195	73,5	1.884.841,00	84,9	413.934	18,7
530.125	42,6	1.036.248	83,3	524.385	42,1	949.879	76,3	1.053.713,00	84,7	259.639	20,9
575.829	60,3	869.083	91,0	682.907	71,5	588.994	61,7	673.013,00	70,5	115.322	12,1
189.499	32,5	436.453	74,8	190.003	32,6	515.578	88,4	519.610,00	89,1	147.164	25,2
407.009	30,9	941.184	71,5	401.933	30,5	1.140.833	86,7	1.183.654,00	90,0	270.652	20,6
235.034	49,6	462.909	97,6	299.411	63,1	309.116	65,2	380.651,00	80,3	70.510	14,9
122.165	26,7	351.205	76,8	105.406	23,1	404.410	88,5	387.175,00	84,7	104.424	22,8
76.214	25,2	226.392	74,8	94.392	31,2	265.282	87,7	265.918,00	87,9	65.677	21,7
494.190	4,2	2.653.307	22,6	1.257.278	10,7	11.116.884	94,6	11.072.180,00	94,2	4.829.360	41,1
33.823	6,4	234.719	44,3	145.881	27,5	481.557	90,9	463.384,00	87,4	146.388	27,6
279.977	9,6	938.033	32,3	667.816	23,0	2.580.497	88,9	2.666.294,00	91,8	1.060.016	36,5
89.437	3,9	551.322	24,2	172.207	7,6	2.227.442	97,7	2.187.550,00	96,0	735.552	32,3
90.953	1,5	929.233	15,4	271.374	4,5	5.827.388	96,6	5.754.952,00	95,4	2.887.404	47,8
195.076	4,4	2.589.259	57,8	755.387	16,9	4.125.085	92,1	4.243.029,00	94,7	1.763.039	39,3
88.413	5,1	1.102.804	64,2	284.648	16,6	1.546.712	90,0	1.583.682,00	92,2	625.303	36,4
71.185	4,0	925.167	51,4	292.171	16,2	1.687.288	93,7	1.742.671,00	96,7	745.716	41,4
35.478	3,7	561.288	58,4	178.568	18,6	891.085	92,7	916.676,00	95,3	392.020	40,8
237.977	11,6	1.383.919	67,2	374.526	18,2	1.830.690	88,9	1.780.222,00	86,4	840.700	40,8
16.793	4,7	48.288	13,6	13.064	3,7	343.451	96,9	326.048,00	92,0	246.866	69,
83.080	9,4	617.633	69,7	168.477	19,0	798.025	90,0	773.861,00	87,3	305.839	34,5
96.966	22,1	364.397	83,1	112.621	25,7	355.209	81,0	363.033,00	82,8	144.939	33,0
41.138	10,8	353.601	93,1	80.364	21,2	334.005	88,0	317.280,00	83,6	143.056	37,7

Definições de Indicadores

Rendimento mensal familiar per capita: É a soma dos rendimentos mensais dos componentes da família (exclusive os das pessoas cuja condição na família é de pensionista, empregado doméstico ou parente de empregado doméstico), dividida pelo número de pessoas da família.

Família: É o conjunto de pessoas ligadas por laços de parentesco, dependência doméstica ou normas de convivência que residem na mesma unidade domiciliar e, também, a pessoa que mora sozinha em uma unidade domiciliar.

Domicílio: É o local de moradia estruturalmente separado e independente, constituído por um ou mais cômodos. A separação fica caracterizada quando o local de moradia é limitado por paredes, muros, cercas, etc., coberto por um teto e permite que seus moradores se isolem, arcando com parte ou todas as suas despesas de alimentação e moradia.

Tabela 3: Saúde

BRASIL, REGIÕES E UFS	Taxa de mortalidade infantil 1999	Casos de AIDS (1) 1998	Casos de AIDS na população de 0 a 17 anos (1) 1998	Cobertura vacinal contra poliomielite(%) (2) 1999	Cobertura vacinal contra tuberculose (BCG-ID) (%) (3) 1999	Cobertura vacinal contra sarampo (%) (4) 1999	Cobertura vacinal contra difteria, tétano e coqueluche (DTP) (%) (5) 1999	Casos de Tétano Neo-Natal 1999
Brasil	34,6	22.102	856	98,2	100,0	98,4	93,6	66
Norte	34,1	502	27	88,4	100,0	87,5	75,6	13
Acre	44,2	15	2	76,8	97,3	74,4	55,7	0
Amapá	31,7	19	1	85,7	100,0	100,0	87,1	0
Amazonas	31,8	161	7	84,1	100,0	82,5	69,4	4
Pará	34,6	223	17	86,1	100,0	85,1	69,8	4
Rondônia	31,6	25	0	96,5	100,0	97,9	96,4	2
Roraima	38,3	15	0	99,1	100,0	96,0	95,4	0
Tocantins	33,0	44	0	100,0	100,0	100,0	100,0	3
Nordeste	53,0	2.494	71	93,9	100,0	97,8	88,7	32
Alagoas	66,1	84	3	85,3	100,0	84,9	78,8	3
Bahia	45,4	537	19	83,5	100,0	85,6	80,6	10
Ceará	52,4	567	10	100,0	100,0	100,0	100,0	3
Maranhão	54,2	188	5	68,4	100,0	93,0	69,2	9
Paraíba	60,3	155	3	94,5	100,0	93,3	92,3	2
Pernambuco	58,2	644	30	100,0	100,0	100,0	100,0	4
Piauí	45,3	75	0	94,7	100,0	95,3	91,2	0
Rio Grande do Norte	48,7	155	1	79,9	100,0	89,8	87,2	1
Sergipe	45,5	89	0	100,0	100,0	100,0	100,0	0
Sudeste	24,4	13.406	444	100,0	100,0	100,0	100,0	8
Espírito Santo	26,0	271	26	100,0	100,0	100,0	100,0	1
Minas Gerais	26,3	1.167	55	93,1	100,0	96,0	91,8	4
Rio de Janeiro	24,4	3.102	117	100,0	100,0	100,0	100,0	1
São Paulo	21,9	8.866	246	100,0	100,0	100,0	100,0	2
Sul	20,7	4.556	264	93,6	100,0	95,7	93,7	9
Paraná	24,3	1.221	55	92,9	100,0	97,9	93,0	3
Rio Grande do Sul	18,4	2.162	136	94,7	100,0	94,1	95,3	4
Santa Catarina	22,2	1.173	73	93,0	100,0	94,3	92,2	2
Centro-Oeste	24,5	1.144	50	100,0	100,0	81,8	96,8	4
Distrito Federal	22,6	288	11	100,0	100,0	0,0(2)	100,0	0
Goiás	25,0	393	16	98,1	100,0	96,6	92,3	3
Mato Grosso do Sul	24,4	246	15	97,5	100,0	100,0	89,4	1
Mato Grosso	27,5	217	8	100,0	100,0	97,5	89,4	0

Fontes

Ministério da Saúde

Brasil: "Estimativas da mortalidade infantil por micro regiões e municípios" – CN-DST/AIDS/SPS – CGAIS/CENEPI/FUNASA – DEOPE/FNS – PNI/CIAM/CENEPI/FNS – COVEH/CGVEP/CENEPI/FNS – CGPNI/CENEPI/FUNASA – Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (SINASC) / CENEPI / FUNASA.

IBGE: DPE/Departamento de População e Indicadores Sociais – Pesquisa de Assistência Médico-Sanitária (AMS).

Notas

- (1) Os anos são aqueles em que foi diagnosticada a doença. O nº de casos de AIDS representa apenas as pessoas doentes, e não todas as soropositivas.
- (2) Considera-se imunizada contra poliomielite a criança menor de 1 ano que tomou as três doses da vacina.
- (3) Considera-se imunizada contra as formas graves de Tuberculose (meningite tuberculosa e tuberculose miliar) a criança menor de 1 ano que tomou a dose única da vacina.
- (4) Considera-se imunizada contra sarampo a criança menor de 1 ano que tomou a dose única da vacina sarampo monovalente e a dose única da vacina tríplice viral ou da vacina dupla viral.
- (5) Considera-se imunizada contra DTP a criança menor de 1 ano que tomou as três doses da vacina.
- (6) Inclui os partos em que a própria mãe não soube informar o número de consultas pré-natais que teve e os partos cuja informação sobre atendimento pré-natal não está disponível por qualquer outro motivo.
- (7) A população utilizada no cálculo deste indicador inclui as áreas rurais da Região Norte, ao contrário dos dados populacionais obtidos através da PNAD/IBGE.

Número de partos de nascidos vivos 1998	Óbitos maternos (decorrentes de gestação, parto e puerpério) 1998		Nº de partos sem informação sobre atendimento pré-natal (6) 1998	Total	Partos com informação sobre atendimento pré-natal 1998			Número de estabelecimentos de saúde 1999	Habitantes por estabelecimento de saúde (7) 1999
	Total	10-17 anos			Gestantes sem atendimento pré-natal (%)	Gestantes com 1 a 6 consultas pré-natal (%)	Gestantes com mais de 6 consultas pré-natal (%)		
3.144.547	1.994	147	403.249	2.741.298	7,1	43,4	49,5	56.133	2.946
266.332	150	17	23.237	243.095	12,5	49,5	38,0	4.645	2.657
13.291	9	1	1.961	11.330	28,5	42,6	28,9	351	1.523
14.450	1	0	583	13.867	24,7	46,8	28,6	217	2.041
57.180	21	1	8.762	48.418	13,3	42,8	43,9	632	4.102
116.551	99	12	7.361	109.190	10,4	52,2	37,4	1.870	3.207
30.964	9	0	2.096	28.868	9,6	46,7	43,6	932	1.441
8.223	1	0	174	8.049	19,5	36,2	44,4	191	1.424
25.673	10	3	2.300	23.373	6,6	63,9	29,5	452	2.568
874.686	492	41	134.306	740.380	14,1	47,0	38,8	16.265	2.889
65.332	19	2	6.283	59.049	32,1	31,5	36,4	791	3.591
234.630	96	12	52.868	181.762	17,1	43,0	39,8	4.134	3.135
139.743	131	11	13.379	126.364	7,4	59,8	32,8	2.614	2.773
79.272	66	7	17.479	61.793	12,5	56,4	31,1	1.669	3.285
48.788	12	0	9.068	39.720	13,8	31,5	54,7	1.418	2.477
161.249	112	8	9.713	151.536	14,4	43,8	41,9	2.394	3.213
46.753	18	0	3.084	43.669	6,6	60,5	32,9	1.245	2.263
57.394	16	1	2.941	54.453	9,1	49,8	41,1	1.256	2.165
41.525	22	0	19.491	22.034	11,0	39,0	50,0	744	2.316
1.305.587	883	55	203.887	1.101.700	3,5	40,2	56,3	21.483	3.267
58.526	29	3	4.654	53.872	5,9	38,6	55,4	1.261	2.397
295.364	293	17	19.315	276.049	3,3	47,1	49,6	7.143	2.444
258.284	201	15	9.576	248.708	5,3	37,2	57,6	4.240	3.231
693.413	360	20	170.342	523.071	2,5	38,2	59,2	8.839	4.075
459.039	342	23	21.152	437.887	2,9	43,2	53,9	9.819	2.500
185.378	157	12	12.239	173.139	1,7	38,4	59,9	4.061	2.310
177.538	147	8	5.209	172.329	4,2	43,8	52,0	3.437	2.903
96.123	38	3	3.704	92.419	2,8	51,1	46,1	2.321	2.236
238.903	127	11	20.667	218.236	4,1	40,5	55,3	3.921	2.881
48.418	27	0	2.743	45.675	4,2	53,5	42,3	385	5.122
99.526	43	8	11.628	87.898	4,4	39,0	56,6	1.717	2.814
41.917	22	0	4.646	37.271	3,5	26,4	70,1	682	3.011
49.042	35	3	1.650	47.392	4,1	42,0	53,9	1.137	2.145

Definições de Indicadores

Taxa de mortalidade infantil: Representa o número de crianças que morrem antes de completar um ano de vida em relação ao total de crianças que nascem vivas em um determinado ano. Expressa-se para cada mil crianças nascidas vivas.

Afecções perinatais: São afecções no recém-nascido que têm origem no período perinatal (7 dias após o nascimento), ainda que a morte venha a ocorrer mais tardiamente.

Cobertura vacinal: É o percentual de crianças de uma determinada faixa etária imunizadas pelas vacinas específicas que compõem o esquema básico de vacinação estabelecido pelo Programa Universal de Imunização Infantil. O esquema básico de vacinação deve ocorrer até o primeiro ano de vida da criança, prevenindo-a contra doenças já controladas, como o sarampo, a difteria, o tétano, a poliomielite e a tuberculose, que podem matar ou deixar graves seqüelas. A cobertura vacinal é obtida dividindo-se o número de crianças de uma determinada faixa etária imunizadas pelo número total de crianças na mesma faixa etária em um período de tempo específico.

Atendimento pré-natal: É o acompanhamento especializado (por médico obstetra ou enfermeira) às mulheres gestantes, desde o conhecimento da gravidez até o parto. Nesse período são realizados exames de rotina para avaliar as condições maternas (exames de sangue e urina) e da criança, para pesquisar infecções (testes para diabetes) e para imunizar contra doenças (como o tétano neonatal).

Tabela 4: Educação

BRASIL, REGIÕES E UFS	Matrículas iniciais na Creche (3) 1999	Matrículas iniciais na Pré-Escola (3) 1999	Matrículas iniciais nas Classes de Alfabetização (3) 1999	Matrículas iniciais no Ensino Fundamental (3) 1999	Taxa de escolarização no Ensino Fundamental (%) 1999		Taxa de promoção no Ensino Fundamental (%) 1999	Taxa de repetência no Ensino Fundamental (%) 1999
					Bruta	Líquida		
Brasil (1)	831.978	4.235.278	666.017	36.059.742	136,0	95,4	72,7	23,4
Norte (2)	44.837	297.943	128.483	3.293.266	141,6	93,2
Acre	451	17.219	1.399	144.284	142,8	91,3	56,2	35,5
Amapá	1.201	16.743	1.282	127.140	149,9	92,3	62,5	30,2
Amazonas	6.321	42.140	43.866	653.857	140,1	91,8	64,0	30,3
Pará	23.863	145.264	72.558	1.614.743	141,8	94,1	51,1	39,4
Rondônia	4.618	30.715	3.389	317.816	131,8	92,3	66,3	25,6
Roraima	2.143	13.734	997	79.277	139,1	93,6	69,0	21,9
Tocantins	6.240	32.128	4.992	356.149	152,0	93,2	59,7	32,5
Nordeste	224.766	1.268.816	400.927	12.492.156	146,1	93,1
Alagoas	7.552	52.262	22.674	701.643	138,8	89,2	51,5	43,0
Bahia	34.941	260.122	90.881	3.702.727	154,9	93,3	61,3	33,2
Ceará	71.701	251.474	91.840	1.868.119	142,0	95,0	69,3	26,7
Maranhão	17.374	206.030	37.644	1.634.218	139,5	92,3	58,5	34,8
Paraíba	14.059	98.223	25.102	896.022	148,8	94,0	58,6	35,9
Pernambuco	22.817	145.201	93.482	1.817.763	144,7	94,2	62,1	32,8
Piauí	25.416	81.904	26.873	781.240	140,8	92,0	52,3	41,2
Rio Grande do Norte	26.861	91.465	141	656.199	144,2	92,3	64,2	32,2
Sergipe	4.045	82.135	12.290	434.225	146,9	93,3	57,9	37,0
Sudeste	370.712	1.897.533	81.761	13.187.969	129,8	97,0
Espírito Santo	21.810	81.821	8.392	614.779	130,5	95,2	75,4	19,8
Minas Gerais	63.227	439.679	0	3.773.247	131,4	95,8	83,0	13,9
Rio de Janeiro	49.418	286.401	73.369	2.474.649	137,6	97,0	75,5	21,1
São Paulo	236.257	1.089.632	0	6.325.294	126,1	98,0	88,3	7,8
Sul	140.548	539.921	3.951	4.472.374	122,9	96,6
Paraná	81.639	209.468	4	1.732.395	125,1	95,3	76,7	19,0
Rio Grande do Sul	13.923	173.168	0	1.758.376	120,5	97,3	77,6	18,4
Santa Catarina	44.986	157.285	3.947	981.603	123,4	96,7	80,1	16,7
Centro-Oeste	51.115	231.065	50.895	2.613.977	142,6	95,6
Distrito Federal	10.368	52.783	0	409.116	149,9	98,1	72,7	22,7
Goiás	17.933	95.930	44.676	1.140.089	144,4	95,5	65,5	28,3
Mato Grosso	10.398	39.686	6.219	604.741	140,6	95,2	68,9	23,5
Mato Grosso do Sul	12.416	42.666	0	460.031	134,9	94,9	67,1	26,2

Fontes

IBGE: PNAD 1999 / Contagem populacional 1996.
MEC/SEEC/INEP: Censo Educacional 1999.

- Notas**
- (1) exclusive a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.
 - (2) exclusive a população rural.
 - (3) inclui estabelecimentos de ensino da rede pública e privada.

Definições de Indicadores

Creche: é o primeiro nível da Educação Infantil. Corresponde à faixa etária de 0 a 3 anos de idade e tem duração de 4 anos.

Pré-escola: é o segundo nível da Educação Infantil, e corresponde à faixa etária de 4 a 6 anos de idade. É neste nível que a criança é alfabetizada.

Classe de Alfabetização: é uma modalidade de ensino adicional, fora do ensino regular, ofertada para aquelas crianças que já têm idade suficiente para entrar no Ensino Fundamental mas que ainda não sabem ler nem escrever.

Ensino Fundamental: é o antigo "1º grau", e vai da 1ª à 8ª série, com duração de 8 anos. Corresponde à faixa etária de 7 a 14 anos de idade.

Ensino Médio: é o antigo "2º grau", e vai da 1ª à 3ª série, com duração de 3 anos. Corresponde à faixa etária de 15 a 17 anos de idade.

Analfabeto: considera-se analfabeto a pessoa que não consegue ler nem escrever, com algum grau de compreensão, um texto simples no idioma que conhece. As pessoas que aprenderam a ler e a escrever, mas esqueceram, e as que apenas sabem assinar o próprio nome, são consideradas analfabetas.

Taxa de evasão no Ensino Fundamental (%) 1999	Taxa de abandono no Ensino Fundamental (5) (%) 1999	Taxa de distorção idade-série no Ensino Fundamental (%) 1999	Matrículas iniciais no Ensino Médio(3) 1999	Taxa de promoção no Ensino Médio (%) 1999	Taxa de repetência no Ensino Médio (%) 1999	Taxa de evasão no Ensino Médio (%) 1999	Taxa de distorção idade-série no Ensino Médio (%) 1999	Taxa de analfabetismo da população de 15 a 17 anos de idade (%) 1999
3,9	12,0	44,0	7.769.199	74,5	18,7	6,8	54,8	3,7
...	17,7	58,3	527.754	74,1	3,1
8,3	19,7	54,9	22.832	67,3	25,4	7,3	69,3	2,7
7,3	7,9	45,7	28.599	65,7	29,0	5,3	72,7	5,2
5,7	15,8	61,1	109.449	71,4	19,6	9,0	72,4	2,9
9,5	19,0	60,9	238.954	50,7	34,3	15,1	77,3	3,7
8,1	14,0	44,1	45.674	61,6	22,8	15,6	59,9	0,6
9,1	7,9	46,3	19.555	65,4	26,0	8,6	69,0	2,5
7,7	22,1	62,2	62.691	64,6	27,6	7,8	79,0	5,2
...	17,0	61,9	1.732.569	70,5	8,3
5,5	21,6	65,6	78.314	70,3	24,6	5,1	71,9	14,9
5,5	19,6	66,6	504.554	71,7	22,9	5,5	73,8	7,1
4,0	12,6	55,7	261.815	71,2	20,1	8,7	65,6	7,6
6,8	15,5	63,6	184.985	73,2	20,8	6,0	70,8	8,9
5,5	17,5	64,6	107.255	71,1	21,5	7,4	68,2	6,0
5,1	16,6	55,8	332.543	69,9	23,7	6,4	68,3	9,8
6,5	15,0	64,7	84.352	64,5	31,3	4,2	74,2	10,4
3,6	17,0	53,8	116.398	76,2	19,2	4,6	68,4	7,0
5,1	16,7	64,6	62.353	71,0	22,9	6,1	76,7	6,1
...	7,2	30,6	3.755.718	49,1	1,3
4,8	9,7	33,3	163.303	77,5	17,4	5,2	53,1	2,2
3,2	9,6	38,2	903.705	78,6	14,2	7,2	59,1	2,1
3,4	9,2	38,7	641.308	71,2	22,4	6,5	56,4	1,3
3,9	9,2	22,6	2.047.402	80,9	11,5	7,6	42,3	0,8
...	7,1	23,2	1.205.622	39,5	1,3
4,3	9,7	23,6	518.287	72,7	19,3	8,0	45,1	1,4
4,0	4,6	22,0	452.109	69,0	23,3	7,7	33,2	1,1
3,2	6,8	24,8	235.226	69,9	20,6	9,5	38,6	1,4
...	14,3	43,7	547.536	58,3	1,9
4,6	6,9	30,5	125.884	68,4	24,9	6,8	54,9	1,3
6,2	18,1	49,2	239.719	69,5	23,6	7,0	63,7	2,2
7,7	15,8	44,8	92.933	68,8	20,3	10,9	54,2	2,1
6,7	9,6	40,3	89.000	67,1	22,4	10,6	52,7	1,6

Taxa de analfabetismo: mede a proporção da população analfabeta de uma faixa etária em relação ao total de pessoas dessa mesma faixa etária. Em geral, quando se fala em taxa de analfabetismo, considera-se o grupo de pessoas adultas, ou seja, de 15 anos de idade ou mais, mas pode-se também referir-se a grupos etários específicos.

Taxa de escolarização: é o percentual que representa o número de alunos de um determinado grupo etário frequentando escola em relação à população total nesse mesmo grupo etário.

Taxa de escolarização bruta: mede o percentual de alunos matriculados em um determinado nível de ensino, independente da idade, em relação ao número total de pessoas na faixa etária que oficialmente corresponde a esse mesmo nível de ensino. Pode também ser chamada de taxa bruta de matrícula. É utilizada para indicar o grau geral de participação em um nível educacional específico. É calculada por meio da divisão do número total de alunos matriculados em um determinado nível de ensino pelo número total de pessoas na faixa etária que corresponde a esse mesmo nível de ensino. A taxa de escolarização bruta pode ser inferior ou superior a 100%.

Taxa de escolarização líquida: expressa o percentual de alunos matriculados em um determinado nível de ensino cuja faixa etária corresponde oficialmente a esse nível, em relação a todas as pessoas do mesmo grupo etário. É obtida dividindo-se o número de alunos de uma faixa etária matriculados no nível de ensino correspondente pela população total da mesma faixa etária. A taxa de escolarização líquida pode ser inferior ou igual a 100%.

Taxa de promoção: é o percentual de alunos que, tendo sido aprovados, se matriculam no início do ano letivo na série seguinte àquela em que estavam matriculados no ano anterior. A taxa de promoção é obtida dividindo-se o número de alunos promovidos pelo número de alunos matriculados do mesmo ano letivo.

Taxa de repetência: é o percentual de alunos que se matriculam no início de um ano letivo na mesma série em que estavam matriculados no ano anterior. É obtida dividindo-se o número de alunos repetentes pelo número de alunos matriculados no início do mesmo ano letivo.

Taxa de evasão: é o percentual de alunos que se matricularam no início de um ano letivo em uma determinada série e que no ano seguinte não se matricularam em nenhuma série, nem como alunos promovidos nem como repetentes. Em outros termos, indica a proporção de alunos que evadiram do sistema de ensino. A taxa de evasão é obtida dividindo-se o número de alunos evadidos de uma série em um ano letivo pelo número de alunos matriculados na mesma série do início do mesmo ano letivo.

Taxa de abandono: é o percentual de alunos que abandonaram o seu grau de instrução durante o ano letivo em relação ao número de alunos matriculados no ano letivo seguinte.

Taxa de distorção idade-série: é o percentual de alunos matriculados em um determinado nível de ensino cuja idade não é pedagogicamente adequada a esse nível, ou seja, indica a proporção de alunos que têm idade cronológica superior (em geral) ou inferior à coorte correspondente a cada nível de ensino. A taxa de distorção idade-série permite avaliar a defasagem entre a idade dos alunos e a série que frequentam.

Tabela 5: Trabalho Infantil

BRASIL, REGIÕES E UFS	Taxa de ocupação de crianças e adolescentes, por grupos etários (%) 1999							População de crianças e adolescentes ocupados, por grupos etários (%) 1999						
	5 a 9 anos	10 a 14 anos	10 a 15 anos	10 a 16 anos	15 a 17 anos	16 e 17 anos	17 anos	5 a 9 anos	10 a 14 anos	10 a 15 anos	10 a 16 anos	15 a 17 anos	16 e 17 anos	17 anos
Brasil (1)	2,4	14,9	17,0	19,7	34,5	38,0	40,4	375.376	2.532.965	3.467.890	4.708.165	3.584.954	2.650.029	1.409.754
Norte (2)	2,4	14,4	16,0	17,7	27,8	30,2	32,7	21.711	136.190	184.274	236.798	165.036	116.952	64.428
Acre	3,2	7,9	10,7	12,1	21,6	19,6	19,2	1.308	3.267	5.229	6.864	5.229	3.267	1.632
Amapá	0,0	7,9	10,9	12,7	23,7	24,6	25,8	0	3.848	6.643	9.087	8.035	5.240	2.796
Amazonas	0,7	7,9	8,5	10,1	17,3	20,6	22,1	1.595	18.747	24.731	34.303	26.328	20.344	10.772
Pará	3,4	16,7	18,2	19,8	29,6	32,0	35,0	12.961	65.032	86.736	109.909	72.847	51.143	27.970
Rondônia	0,4	8,0	8,3	11,0	24,5	30,4	33,9	353	7.411	9.175	14.114	14.114	12.350	7.411
Roraima	0,0	4,5	8,6	9,7	27,5	28,0	38,5	0	927	2.163	2.782	3.401	2.165	1.546
Tocantins	4,9	31,8	35,3	37,5	52,7	52,6	51,8	6.694	47.863	63.807	76.791	43.491	27.547	14.563
Nordeste	4,0	23,4	25,1	27,3	39,6	42,6	44,6	199.146	1.334.088	1.709.065	2.167.120	1.318.069	943.092	485.037
Alagoas	3,5	12,7	14,4	15,3	26,0	27,5	34,3	11.289	37.820	50.800	63.217	45.153	32.173	19.756
Bahia	3,8	22,6	24,2	26,8	39,7	43,6	44,9	51.387	367.637	473.796	612.508	386.970	280.811	142.099
Ceará	3,7	23,9	25,8	28,4	41,7	44,8	45,7	28.873	208.477	266.397	341.829	205.162	147.242	71.810
Maranhão	3,4	35,4	37,0	38,9	51,7	55,0	59,9	22.240	275.964	343.519	421.776	225.719	158.164	79.907
Paraíba	4,4	20,6	23,1	24,7	36,1	36,9	39,0	14.615	81.646	110.374	137.086	82.151	53.423	26.711
Pernambuco	4,6	20,7	22,3	24,0	34,7	36,9	39,2	36.177	182.945	235.103	293.159	179.196	127.038	68.982
Piauí	9,2	30,2	31,6	34,0	44,9	47,7	46,8	28.104	108.315	134.370	169.623	90.943	64.888	29.635
Rio Grande do Norte	1,0	11,5	12,6	15,3	29,0	33,6	35,5	2.955	33.976	44.324	62.551	52.714	42.366	24.139
Sergipe	1,8	19,3	21,9	24,1	40,2	42,0	46,9	3.506	37.308	50.382	65.371	50.061	36.987	21.998
Sudeste	1,0	7,6	10,0	12,8	28,8	32,2	35,0	59.155	513.715	814.153	1.227.054	1.224.306	923.868	510.967
Espírito Santo	1,6	15,4	18,2	21,1	37,2	39,8	41,7	4.543	48.967	69.159	93.896	69.159	48.967	24.230
Minas Gerais	2,4	15,4	17,9	21,5	39,5	43,9	45,1	39.478	278.986	390.155	547.326	435.081	323.912	166.741
Rio de Janeiro	0,2	2,7	4,1	5,7	16,3	18,7	22,0	2.494	31.589	57.430	93.809	120.222	94.381	58.002
São Paulo	0,4	4,4	7,1	10,0	26,9	30,4	34,0	12.640	154.173	297.409	492.023	599.844	456.608	261.994
Sul	3,4	16,2	18,4	22,3	41,2	46,4	48,9	79.225	383.483	524.936	749.080	611.483	470.030	245.886
Paraná	2,7	16,2	18,8	22,8	42,6	47,7	49,6	25.033	149.399	208.592	296.849	248.531	189.338	101.081
Rio Grande do Sul	3,3	16,5	18,3	21,4	37,2	41,6	44,5	31.504	149.169	197.694	271.351	209.987	161.462	87.805
Santa Catarina	4,6	15,5	18,1	23,1	45,5	52,4	56,0	22.688	84.915	118.650	180.880	152.965	119.230	57.000
Centro-Oeste	1,3	13,3	15,9	19,0	36,3	39,5	42,4	14.939	154.584	221.252	311.061	257.651	190.983	101.174
Distrito Federal	0,3	3,3	4,9	7,3	19,2	21,7	23,9	621	6.218	10.780	19.689	24.668	20.106	11.197
Goiás	1,0	11,2	14,5	17,7	37,0	39,8	43,3	4.634	55.939	86.720	123.459	110.550	79.769	43.030
Mato Grosso	2,6	21,4	24,4	27,7	47,1	51,0	55,5	6.469	55.459	75.536	101.055	74.860	54.783	29.264
Mato Grosso do Sul	1,5	16,9	18,6	22,1	38,6	43,8	44,4	3.215	36.968	48.216	66.858	47.573	36.325	17.683

Fontes:

IBGE: PNAD – 1999.

- Notas**
- (1) Exclui a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.
 - (2) Exclui a população rural.
 - (3) Inclusive aqueles sem declaração de condição de atividade.

BRASIL, REGIÕES E UFS	Crianças e adolescentes de 10 a 15 anos de idade, por condição de atividade 1999						Crianças e adolescentes ocupados que trabalham 40 horas ou mais por semana 1999	
	Total (3)	Só estuda (%)	Trabalha e estuda (%)	Só trabalha (%)	Só realiza afazeres domésticos (%)	Não realiza nenhuma atividade (%)	n°	%
Brasil (1)	20.406.189	80,5	13,4	2,2	2,7	1,3	2.276.920	37,2
Norte (2)	1.148.148	80,6	13,3	1,8	3,3	1	116.905	54,8
Acre	48.694	84,6	5,4	3,4	5,4	1,3	4.247	61,5
Amapá	61.157	86,3	7,4	1,7	3,4	1,1	5.241	67,6
Amazonas	290.352	87,9	6,6	1,4	2,9	1,2	18.748	58,4
Pará	476.117	77,7	15,4	2,1	3,9	0,9	50.090	52,8
Rondônia	110.106	88,8	6,1	1	2,9	1,3	10.938	65,6
Roraima	25.047	88,9	7,4	1,2	1,2	1,2	3.092	78,6
Tocantins	180.737	62,5	31,2	2,4	3,4	0,5	28.204	47,6
Nordeste	6.817.247	71,9	20,5	2,8	3,2	1,5	656.797	49,7
Alagoas	353.868	77,8	10,8	2,6	5,1	3,7	27.096	54,4
Bahia	1.959.835	73,7	19,8	2,5	2,5	1,5	176.028	51,3
Ceará	1.034.176	72,2	21,3	2,2	3,1	1,1	111.421	49,6
Maranhão	929.223	62,4	30,6	4,1	2	0,9	116.979	45,0
Paraíba	478.788	73,3	19,3	2,4	3,9	1,2	34.272	50,2
Pernambuco	1.054.321	72,4	17,4	3,5	4,4	2,2	90.876	49,5
Piauí	425.614	66,3	27	2,4	3,6	0,7	41.896	45,6
Rio Grande do Norte	351.220	83	10,2	1,5	3,1	2,1	33.993	60,8
Sergipe	230.202	73,8	17,7	3	4,2	1,2	24.236	57,3
Sudeste	8.162.407	87,6	7,3	1,6	2,1	1,2	900.526	70,4
Espírito Santo	380.109	78,2	12,6	4,6	3,9	0,7	47.962	58,5
Minas Gerais	2.178.792	81,2	11,9	2,7	2,4	1,4	299.949	60,9
Rio de Janeiro	1.402.693	92,2	3	1	2,1	1,4	85.053	79,2
São Paulo	4.200.813	90,3	5,9	1	1,7	1,1	467.562	79,6
Sul	2.845.647	79,6	14,3	2,2	2,8	1	412.333	61,5
Paraná	1.109.085	77,5	15	2,6	3,3	1,5	184.379	62,5
Rio Grande do Sul	1.079.890	81,4	13,9	1,6	2,3	0,7	130.828	58,5
Santa Catarina	656.672	80,1	14	2,5	2,7	0,8	97.126	64,3
Centro-Oeste	1.388.678	82,5	11,6	2,3	2,6	1,2	186.704	62,5
Distrito Federal	222.184	93,2	3,7	0,9	1,5	0,7	14.926	79,9
Goias	597.110	83,3	12	2,1	1,9	0,8	80.099	66,4
Mato Grosso	309.974	75,7	15,9	3,4	3	2	59.212	57,4
Mato Grosso do Sul	259.410	79,4	12	2,5	4,6	1,5	32.467	56,3

Definições de Indicadores

Trabalho: É o exercício de ocupação econômica: a) remunerada em dinheiro, em mercadoria, em produtos ou somente em benefícios; ou b) sem remuneração, normalmente exercida durante pelo menos 15 horas por semana, em ajuda a membro da unidade domiciliar que tenha uma atividade econômica, ou a instituição religiosa, beneficente ou de cooperativismo, ou, ainda, como aprendiz, estagiário, etc.

População ocupada: São as pessoas que, em um determinado período de referência, estão trabalhando durante todo ou parte desse período. Incluem-se também como ocupadas as pessoas que no período de referência estão afastadas temporariamente do trabalho por motivo de licença, falta, férias, greve, etc.

Taxa de ocupação: É a relação percentual entre as pessoas ocupadas de uma determinada faixa etária e a população total desta mesma faixa etária. A taxa de ocupação mede o grau de absorção da força de trabalho pelo sistema econômico.